

CLIPPING IMPRESSO

12/11/2019



INDICE

1. JORNAL O IMPARCIAL	
1.1. ANIVERSÁRIO DO TJMA.....	1
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. INSTITUCIONAL.....	2

COMEMORAÇÃO

TJMA celebra 206 anos com entrega de medalhas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA HOMENAGEARÁ AS PERSONALIDADES COM TRÊS TIPOS DE MEDALHAS PELA PASSAGEM DE SEUS 206 ANOS

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) completou 206 anos de existência na última segunda, 4 de novembro. Terceira Corte de Justiça mais antiga do país, o Tribunal foi instalado no dia 4 de novembro de 1813. Os 206 anos de instalação da Corte maranhense serão comemorados nesta quinta-feira, dia 14 de novembro, em sessão solene, quando serão homenageadas várias personalidades pela Corte Estadual de Justiça, com a concessão das 'Medalha dos Bons Serviços Desembargador Bento Moreira Lima'; 'Medalha do Mérito Judiciário Antonio Rodrigues Vellozo'; e 'Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes'.

As três comendas foram idealizadas pelo decano do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Bayma Araújo. A sessão solene será transmitida ao vivo pela Rádio Web Justiça do

Maranhão, que pode ser acessada no Portal do Judiciário.

A 'Medalha Desembargador Bento Moreira Lima' – criada pela Resolução nº18 de 6 de novembro de 1986, em homenagem a um dos mais ilustres juristas do Maranhão – é concedida aos magistrados que tiverem completado dez, vinte, trinta e 40 anos de bons serviços prestados à magistratura maranhense.

Criada pela Lei 2.814, de 4 de dezembro de 1967, posteriormente regulamentada pela Resolução nº 4 de 24 de fevereiro de 1999, a 'Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo' cultua a memória daquele que foi o primeiro chanceler do Tribunal da Relação de São Luís. A comenda é concedida a personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça.

Já a 'Medalha Especial do Mérito

Cândido Mendes' foi criada pela Resolução nº 56, de 23 de outubro de 2013, em reverência ao grande jurista maranhense que se notabilizou pelos estudos jurídicos em defesa das fronteiras do país. É a comenda mais alta do Poder Judiciário Maranhense. A relação de homenageados durante a solenidade de comemoração pelos 206 anos da Corte Estadual maranhense está no site da instituição de acordo com as medalhas abaixo:

Agraciados – Medalha dos Bons Serviços Desembargador Bento Moreira Lima – 10 anos

Agraciados – Medalha dos Bons Serviços Desembargador Bento Moreira Lima – 30 anos

Agraciados – Medalha do Mérito Judiciário Antonio Rodrigues Vellozo

Agraciados – Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes.

José Lemos

Professor titular na Universidade Federal do Ceará e coordenador do Laboratório do Semiárido (LabSar)



Medidas do atual governo sinalizam um novo Brasil

Como sabem os leitores que me seguem neste jornal, e que já o faziam em outro jornal de São Luís, faz tempo que eu me posiciono contra a criação de novos municípios. Em dois desses textos eu sugeri que fossem buscados instrumentos políticos para re-anexar os municípios inviáveis aos antigos, de onde foram “emancipados”.

A relação dos textos que eu escrevi sobre o tema, com as respectivas datas foram: Em 21/05/2011, “A Quem Interessa Criar Novos Municípios”. Em 24/06/2011, “Farra da Criação de Novos Municípios”. Em 27/08/2011, “Novos Municípios Prá Quem?”. Em 3/9/2011, “Novos municípios são inviáveis”. Em 29/01/2012, “Menos prefeitos e vereadores. Mais Professores.” Em 27/08/2012, eu fiquei na nossa planície, e publiquei artigo: “Tragédia dos novos municípios maranhenses.”. Em 09/06/2013, escrevi: “Quem se beneficia com a criação de novos municípios?” Em 01/08/2015, “Inoportuna a decisão do Senado em criar 180 novos municípios.” E em 17/08/2018: “Emancipar municípios é um dos ralos de desperdícios no Brasil.” Todos esses textos estão na minha página: www.lemos.pro.br, no link: “Artigos de Jornais”.

Em todos esses artigos de jornais eu demonstrava, com metragens, porque é inviável o Brasil ter 5.570 municípios. Cada um com um Prefeito e um vice Prefeito. Ao menos cinco (5) vereadores, em que na grande maioria se reúnem (quando o fazem) para louvar as decisões dos prefeitos. Nesses municípios “cabem” ao menos oito Secretários, em geral despreparados, de pastas inúteis, que apenas estão nelas para receber salários e porque fazem parte do circuito das famílias influentes de onde saíram os Prefeitos e os políticos “emancipadores”. Claro que não dá para continuar assim. Paulo Guedes, com uma equipe muito competente, parece que “andou lendo” esses meus textos. Brincadeiras à parte, mas no que ele chama de Projeto Federativo para o

Brasil, com Menos Brasília e mais Estados e Municípios, ele propõe a extinção de 1.220 municípios, e usou como critério aqueles que têm população muito baixa.

Eu, modestamente, avalio que deveria haver um critério mais técnico para tomar a decisão de extinguir municípios e anexá-los àqueles de onde foram “emancipados”. Esse critério deve ser o baixo PIB per capita. Por esse critério, teríamos 1.839 municípios cujos PIB per capita são de no máximo um salário mínimo. Desses 1.780 têm PIB per capita inferior a um salário mínimo. Novo Triunfo (BA) é o município brasileiro de menor PIB per capita que “fatura” o equivalente a apenas 30% do salário mínimo. No Maranhão, para ficar no nosso “umbigo”, as maiores tragédias estão nos municípios de Nina Rodrigues (41%); Penalva (43%); Cajapió (44%); Santana do Maranhão (44%); Satubinha (45%) e Matões do Norte (46%). Todos inviáveis.

De fato prevalecem nesse grupo mais pobre municípios com baixas populações. Entre esses municípios a população varia de 1231 pessoas em Miguel Leão, Piauí (PIB per capita = 90% do salário mínimo) a Águas Lindas de Goiás (PIB per capita = 81% do salário mínimo) cuja população é de 191.499 pessoas. Nesses 1.839 municípios a população média é de 16.990 pessoas, e o PIB per capita médio equivale a apenas 74% do salário mínimo. Resumindo: são todos inviáveis. Sobrevivem do Fundo de Participação dos Municípios e oneram as contas públicas. São ralos de desperdício. Municípios que não tem atividades econômicas. A racionalidade econômica e do bom senso sugere que devam ser absorvidos por outros. Em Economia dos Recursos Naturais, em que também me especializei, há um conceito chamado de “Tragédia dos Comuns”. Em síntese o conceito sugere que: um recurso qualquer que é “público”, qualquer um acha que deve meter a mão, desperdiçar. Parte do princípio que se não o fizer outros o farão. Está aí uma das dificuldades

da preservação dos recursos comuns, segundo preceitua o conceito e a ciência.

Os recursos públicos guardam semelhança. Com um agravante. Aqueles que a eles têm acesso como: Presidentes da República, Governadores, Prefeitos, Membros do Poder Judiciário (principalmente), Políticos em geral, acreditam que os recursos, “caem” do Céu. E, por isso podem meter a mão e se darem bem. Como usam como critério para aferir o comportamento e o caráter dos outros a régua que avaliam o próprio comportamento e caráter, avaliam que se não fizerem, outros farão.

Pouco se importam com a fonte desses recursos “públicos” que saem dos impostos diretos e indiretos extorquidos de uma parcela pequena da população (infelizmente) que tem condições de pagá-los. São Impostos que compõem uma das mais pesadas cargas tributárias do Planeta, com a contrapartida de serviços públicos que são alguns dos piores do Mundo. Mais da metade dos brasileiros não tem acesso a saneamento adequado. A Educação Brasileira é uma das piores do mundo. Fora o resto (créditos para o Jornalista Augusto Nunes a quem presto solidariedade neste momento).

Eu achodifícil que esse projeto passe nas duas casas legislativas, justamente por causa da “tragédia dos comuns”. Os parlamentares brasileiros, quase sem uma única exceção honrosa, tendo na retaguarda governadores igualmente inescrupulosos, não abrirão mão dessa fonte de poder que tem nos grotões miseráveis deste País. Inclusive para comprarem votos e manterem indefinidamente os seus mandatos.

A ideia do atual governo, tendo Paulo Guedes no comando da cabine do trem da economia, está fazendo história. Caso essa proposta seja adotada, mesmo que desidratada, já representará um alívio incrível no orçamento do Setor Público. Ela, com as outras medidas nos prometem um novo Brasil.